

Após tombamento, Centro Histórico de Pitangui se destaca pela preservação

_____ páginas 04 e 05



Acervo Iepha/MG

Graças a empenho da prefeitura e da comunidade, diversos imóveis históricos já foram resgatados e hoje valorizam a paisagem urbana



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: Mara Fantini fala sobre o prazer e a dedicação exigida para exercer o ofício de restaurador

_____ páginas 06 e 07



Acervo Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira

Registrado, congado de Senhora de Oliveira atrai gerações

_____ página 09

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

Patrimônio Cultural e Cidadania

A cidadania é antes de tudo um processo histórico. E, se o ideal de uma cidadania plena pode ser semelhante em diversos países de tradição ocidental, os caminhos dessa construção são distintos e nem sempre seguem uma linha reta, podendo até mesmo ocorrer desvios e retrocessos. Assim como as ladeiras e becos de nossas cidades coloniais, os caminhos da cidadania no Brasil são tortuosos e há muito por se fazer, principalmente no que diz respeito à organização da sociedade para a conquista de seus direitos e democratização efetiva do poder.

O Brasil tem hoje uma "Constituição Cidadã" que reconhece e garante direitos fundamentais, inclusive o acesso à cultura e à memória, e estimula a colaboração entre as organizações sociais, governos municipais, estaduais e federal. O sucesso alcançado pela Jornada Mineira do Patrimônio Cultural em sua primeira edição, realizada em 2009, é talvez um dos maiores testemunhos de como é possível articular diversos agentes culturais e instâncias de governo em prol de uma participação mais ativa e engajada na valorização dos atributos identitários de um povo. Vale ressaltar que foram promovidas cerca de 1.500 ações por todas as regiões de Minas Gerais.

Não se deve esquecer que a memória tem papel fundamental nas transformações sociais e não por acaso sempre se constituiu em território de disputa. Mesmo hoje, quando se vive sob o impacto das novas mídias, a memória permanece enquanto elemento central de nossa existência: afinal é a única maneira de fazer triunfar a vida sobre a morte e de construir os necessários elos entre as diferentes gerações.

Patrimônio Cultural e Cidadania é o tema da 2ª Jornada Mineira prevista para setembro deste ano. Assim como a memória, o patrimônio cultural não procura salvar o passado, mas servir ao presente e ao futuro, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e pluralistas. Celebrar e requerer direitos é a tônica da edição desse ano, que vem com muitas novidades e a expectativa de uma mobilização ainda maior.

Participação

Para a participação dos municípios e instituições culturais na 2ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural foi preparado um regulamento com os critérios que serão avaliados na análise das ações propostas e as demais regras a serem seguidas. Nessa segunda edição, as inscrições serão feitas pelo site da Jornada e, após preenchidas todas as informações, o Formulário de Adesão deverá ser impresso, assinado e encaminhado ao Iepha/MG. Não perca! Inscrições até 22 de junho de 2010 em www.jornada.mg.gov.br.

Maria Marta Martins de Araújo
Vice-presidente

NOSSA MISSÃO É GARANTIR À SOCIEDADE A ACESSIBILIDADE E A FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR MEIO DA PRESERVAÇÃO, VALORIZANDO E RESPEITANDO A DIVERSIDADE CULTURAL DE MINAS GERAIS.

Peças Desaparecidas

A imagem de Nossa Senhora do Rosário é do século 17 e tem 49,3 centímetros de altura, 19 centímetros de largura e 16,3 centímetros de profundidade.

Feita em madeira, a figura segura uma criança em seu braço esquerdo e o braço direito está sem a respectiva mão.

A peça, pertencente ao acervo do Museu Regional do Sul de Minas, foi furtada em 1994, juntamente com outros 27 bens.

Informações pelo telefone: (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.



Divulgação

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Washington Mello

Secretário adjunto: Estevão Fiuza

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Mariana Márcia Custódio

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEHPA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP), Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Diagramação: Daniella Melo Jardim

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

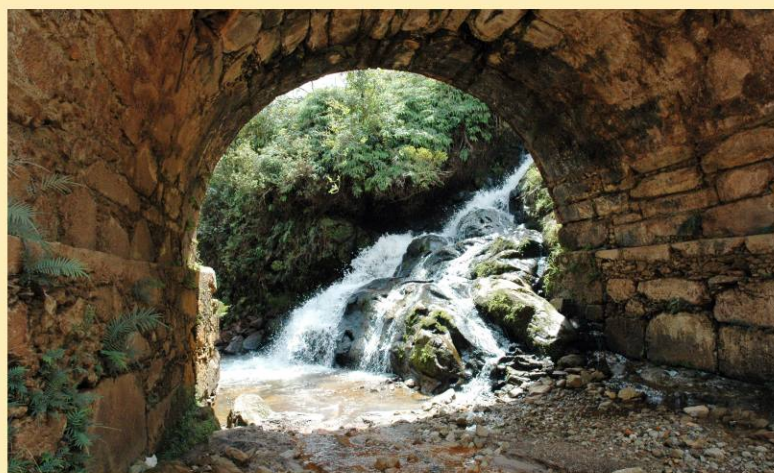
Pontes centenárias da Estrada Real recuperadas

Há quase dois séculos, carroças carregavam mercadorias e pessoas pela Estrada Real, cruzando, pelo caminho, pontes monumentais que eram verdadeiras obras de arte em cantaria. Ao longo do tempo, as carroças foram substituídas por velozes carros, ônibus e caminhões e o trânsito foi se tornando intenso e pesado demais para essas estruturas seculares.

E foi exatamente assim que o conjunto de pontes da Rancharia e do Falcão – localizadas no trecho entre Ouro Preto e Ouro Branco – conquistou um olhar diferenciado das autoridades, que agora lutam para mantê-lo como documento vivo por muitos outros séculos a vir. Depois de procurar consultoria junto ao Iepha, o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG) optou por impedir o fluxo sobre as quatro pontes históricas por meio da construção de trechos alternativos (conhecidos como variantes), bem próximos às estruturas originais. Há pouco mais de um mês, com as obras já quase totalmente concluídas, o Ministério Público Estadual (MPE) e a Promotoria de Justiça de Ouro Preto pediram ao Iepha que realizasse novas vistorias e emitisse um parecer quanto à situação atual do conjunto e possíveis medidas para garantir ainda mais sua valorização e preservação junto à comunidade local, turistas e viajantes.

Responsável pelo laudo final enviado ao Ministério Público, o analista de Gestão, Proteção e Restauro do Iepha/MG Fernando de Castro Veado avaliou os impactos e avarias no conjunto e indicou ao DER/MG novos procedimentos para tentar resgatar a paisagem histórica próxima às pontes, além de recuperar as estruturas preservando sua autenticidade. Assim, dentre diversas orientações, foram listadas a recuperação e consolidação das pontes em estrutura de pedras argamassadas, recomposição dos pavimentos originais, limpeza e revitalização do paisagismo histórico das cabeceiras das pontes, com implantação de mudas nativas nas encostas.

O documento ainda inclui como proposição a execução de uma passarela em estrutura metálica entre a centenária Ponte do Falcão e a nova estrutura de concreto erguida como alternativa a seu lado. “A ideia é criar ali uma espécie de mirante, onde as pessoas possam parar por um momento e admirar a imponência do monumento histórico e da paisagem em que está inserida”, explica Fernando.



Visão interna de uma das pontes do conjunto Rancharia

Pontos de parada

Para o promotor Marcos Paulo Miranda, coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas Gerais, a retirada do trânsito de veículos pesados sobre as pontes da Rancharia e Falcão foi um passo importante para a preservação do conjunto arquitetônico, uma vez que os danos às estruturas eram evidentes e elas ameaçavam ruir. “Entretanto — explica — as variantes construídas pelo DER precisam de correções a fim de se minimizar os impactos à ambiência do local. O DER demonstrou interesse em adotar as medidas apontadas pelo Iepha e a fazer a sinalização interpretativa dos conjuntos, que serão transformados em pontos de parada para os turistas interessados em conhecer a história da Estrada Real. Estamos caminhando para um bom acordo”, acredita.

A nota técnica produzida pelo Iepha já foi enviada à 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto. O promotor Ronaldo de Assis Crawford explica que irá apreciar as recomendações e encaminhar o documento ao DER. “O órgão já está elaborando um projeto e, a partir do recebimento deste laudo com indicativos técnicos, terá um prazo de 20 dias para se posicionar e podermos concluir o acordo”, relata.

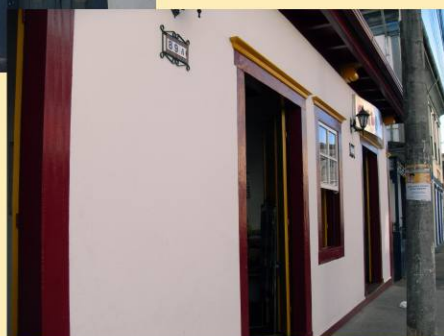


Ponte do Falcão pode ganhar mirante

Dois anos após tombamento, Centro Histórico de



Comércio da cidade -
antes e depois



Casa no Adro da
Igreja S. Francisco -
antes e depois



Cerca de dois anos após ter seu tombamento definitivo aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), o Centro Histórico de Pitangui já mostra resultados da união entre o Iepha, a prefeitura, o conselho municipal de patrimônio, o Ministério Público e a comunidade. Casarões, antes marcados pelo abandono e com risco real de arruinamento, hoje são destaque na paisagem da histórica cidade mineira.

Para a arquiteta da Diretoria de Conservação e Restauração do Iepha, Roberta Duarte Magalhães, que vem acompanhando as intervenções no município mesmo antes do tombamento, os prédios de real valor histórico estavam muito deteriorados e outras tantas edificações estavam descaracterizadas. "Grande parte dos proprietários estavam esperando o imóvel cair para depois vender o lote. Inclusive esse foi o argumento usado por aqueles que eram contra o tombamento: a desvalorização do lote. Foi

preciso que mostrássemos a eles como melhor aproveitar um bem tombado", revela.

Segundo Ronan Evaldo da Silva Souza, presidente do Conselho Municipal do Patrimônio da cidade, a instituição já lutava pela proteção dos prédios desde 1997, quando foi criada. "O tombamento nos deu instrumentos para agir e impedir que os moradores derrubassem as edificações. Mais que isso, agora nós podemos exigir que os moradores conservem suas casas", relata.

A conscientização da importância do Centro Histórico para a memória de Pitangui começa a ser percebida pela população. Exemplo são os comerciantes Cássia Cézar Azevedo e Paulo Roberto Saldanha que, com orientação dos técnicos do Iepha, restauraram um casarão que corria risco de arruinamento e o transformaram em três lojas. "Nós não



Clube Social -
antes e depois



Casa modernista -
antes e depois



Pitangui tem vários casarões restaurados



Casarão da Rua
Inácio Campos -
antes e depois



Grupo Escolar -
antes e depois



Fotos: Acervo Iepha/MG

acreditávamos que era possível recuperar o imóvel, mas agora, depois de pronto, estamos até ganhando dinheiro com o aluguel das lojas", informa Cássia Azevedo.

Para Roberta Duarte, os principais ícones da cidade não correm mais riscos, mas ainda há muito que se fazer. "Vamos finalizar as obras na Igreja de São Francisco de Assis e, com a verba do PAC das Cidades Históricas, conseguiremos resgatar a edificação conhecida como Museu Municipal, que é um referência no Centro Histórico", informa. Ronan confirma que até 2011 o Centro Histórico terá cabeamento subterrâneo. "Não teremos mais postes e fios expostos".

História

Até meados do século 19, Pitangui apresentava conformação urbana estável, sem grandes alterações. As maiores modificações ocorreram

com a transformação de caminhos em ruas e com o alinhamento e a ordenação destas. No caso das edificações, algumas foram destruídas e outras substituídas. Com a construção do Pavilhão da Santa Casa de Misericórdia, em 1844-1847, e da Capela de São Francisco de Assis, em 1850-1873, na atual Praça Izauro Epifânio, novas frentes de ocupação foram formadas.

O perímetro de tombamento do Centro Histórico de Pitangui é compreendido por 16 ruas e tem um total de 132 imóveis. O núcleo é marcado pela diversidade de estilos arquitetônicos, colocando lado a lado o estilo eclético do século 19 e casarões do século 18 e edificações do início do século 20.

Tanta heterogeneidade o torna ainda mais valioso por registrar diferentes momentos da trajetória de ocupação do município, conhecido como "Sétima Vila do Ouro das Gerais".



"Antes do tombamento, devido ao estado crítico, a intenção era derrubar. Mas depois da restauração o imóvel ficou lindo, ninguém acredita que é o mesmo."
Paulo Roberto Saldanha,
comerciante



"Todo mundo parabenizou nossa iniciativa de restaurar o casarão. Era tão feio e agora é uma referência na paisagem da cidade."
Cássia Cézar Azevedo,
comerciante



"Muito da história de Pitangui se perdeu com o passar dos anos, mas desde o tombamento nenhum casarão foi perdido."
Ronan Evaldo da Silva Souza,
Presidente do Conselho
Municipal de Patrimônio



Na restauração, respeito à comunidade é fundamental



Acervo Iepha/MG

Em entrevista ao Bem Informado, Mara Solange Fantini fala sobre a profissão de restaurador, os benefícios que a graduação trouxe para a profissão, a estreita relação que este profissional precisa ter com a comunidade onde trabalha e sobre as surpresas que já encontrou desenvolvendo seu ofício. Proprietária de uma empresa de conservação e restauração, ela é especialista em madeira policromada e tem no currículo diversos trabalhos realizados em bens tombados pelo Iepha e pelo Iphan.

Como é a profissão de restaurador?

É uma profissão e uma ciência recente, que exige muito estudo e conhecimento geral da história da arte, de química, de antropologia, de sociologia, de física, de estética e até mesmo de alguns aspectos geográficos. É uma profissão bem interdisciplinar. É possível fazer um paralelo da restauração com a medicina. A profissão começou com o restaurador fazendo de tudo, trabalhando em todo o tipo de suporte – metal, tecido, madeira, gesso, pedra, vidro, porcelana etc. –, como um clínico geral. Hoje já existem as especialidades. Cada suporte tem suas características e um bom restaurador tem que conhecer bem o material com que está sendo trabalhado.

No meu caso, comecei a trabalhar com o suporte madeira e fui, cada vez mais, me especializando nessa área, principalmente a madeira policromada, muito presente não só nas igrejas mineiras, mas nas setecentistas e oitocentistas de todo o país.

A graduação em restauração é um curso bem recente. Qual mudança ele trouxe para a profissão?

A graduação é um novo momento da restauração no Brasil. Eu vejo com

muito bons olhos essa nova turma que chega para trazer novo fôlego ao patrimônio e dar visibilidade, ao público em geral, do que é o restaurador. Quando comecei, eu me graduei em Artes Plásticas e fiz dois anos de especialização em Restauração. Restaurador, hoje, é visto como um artesão e a graduação, canalizada para o restauro, formaliza no mercado uma profissão reconhecida pelos institutos de patrimônio, porque obrigatoriamente ela vai ter que ser regulamentada. Atualmente nós, restauradores, não temos um sindicato ou uma associação que nos proteja juridicamente.

Como é a sua relação com as comunidades onde você trabalha?

A minha postura é sempre a mesma. Os institutos de patrimônio são meus contratantes e os meus clientes são as comunidades onde o bem a ser restaurado está inserido. Quando um restaurador chega a uma igreja para restaurá-la, ele é um estrangeiro naquela comunidade; ninguém o conhece, e ele vai trabalhar naquilo que é mais significativo para a comunidade em termos de tradição de fé. A relação de cada um com a sua igreja e suas imagens é tão profunda e tão pessoal, e o restaurador vai atingir isso.

Quando trabalho com igrejas, eu me reporto, no primeiro momento, aos

institutos, que são os mediadores entre meu cliente e eu, mas é a população que eu devo ouvir para saber a importância daquele templo para eles. Então existe essa interação, que é difícil e complexa, porque cada comunidade tem as suas peculiaridades.

Antes de um prédio ser tombado, ele nasceu como uma ideia do homem. Antes de ser construída uma igreja, aquela comunidade já se organizava em torno de festas ou novenas para um santo de devoção. Ou seja, já existia uma mobilização e, a partir de um determinado momento, as pessoas começaram a se organizar para construir um templo religioso, que nada mais é do que uma manifestação de fé. Então o imaterial veio antes do material.

Quando eu lido com uma igreja, primeiramente, eu lido com uma comunidade. Eu busco preservar os bens imateriais para depois preservar o bem material que é aquele monumento. Quando eu vou trabalhar em uma comunidade, eu falo que eu não vivo, eu convivo. Eu vou a batizado, a enterro – que no interior é um evento na cidade –, eu participo de celebrações religiosas e sociais. Só me envolvendo, eu percebo qual é a expectativa das pessoas em torno do meu trabalho, porque, às vezes, as expectativas da comunidade batem de frente com os critérios internacionais de restauração.

Que tipo de frutos essa interação com a comunidade pode render ao trabalho na prática? Você se lembra de algum caso em especial?

Em Chapada do Norte, no Jequitinhonha, existe a festa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que inclusive está em processo de registro pelo Iepha. Um dos momentos mais marcantes é quando a população vai até a beira do rio buscar água para lavar a igreja, usando detergente e bucha. E a capela mor tem painéis belíssimos nas paredes laterais. Quando minha equipe e eu chegamos lá, em paralelo à obra e com apoio e orientação do Iepha, nós fizemos um trabalho de educação patrimonial. Nós nunca dissemos que eles não poderiam mais lavar as pinturas. Porém, no final da obra, após acompanhar todo o trabalho de restauração, eles próprios viram o dano que a água e o sabão estavam causando às pinturas e, em reunião, a irmandade decidiu que a lavagem seria um ato simbólico: apenas o adro seria lavado.

É importante que, em paralelo à obra, o restaurador crie mecanismos para que a comunidade perceba que o bem é dela e, se ela não cuidar, ele

vai se perder de novo. E, graças a Deus, em todos os locais que eu passei eu deixei amigos.

Qual foi um momento marcante do seu trabalho?

Em julho do ano passado, em Minas Novas, junto com o Iepha, nós reinauguramos a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, que é rodeada por um intenso comércio. Durante quase dois anos, nós trabalhamos com a igreja aberta para que a comunidade pudesse acompanhar a restauração. Já nos últimos dias de trabalho, o sino da igreja tocava às 6h, às 12h e às 18h e ninguém me dizia o porquê – durante 15 dias foi assim. Somente no dia da festa eu entendi, eles estavam anunciando a reinauguração da igreja. E, no final do dia, os lojistas me chamaram e disseram que, a partir daquela data, eles seriam os responsáveis pela conservação da igreja. Eu não precisei dizer nada, eles mesmos perceberam a importância daquela construção para o comércio deles. Foi muito emocionante.

Você já teve alguma surpresa durante uma restauração?

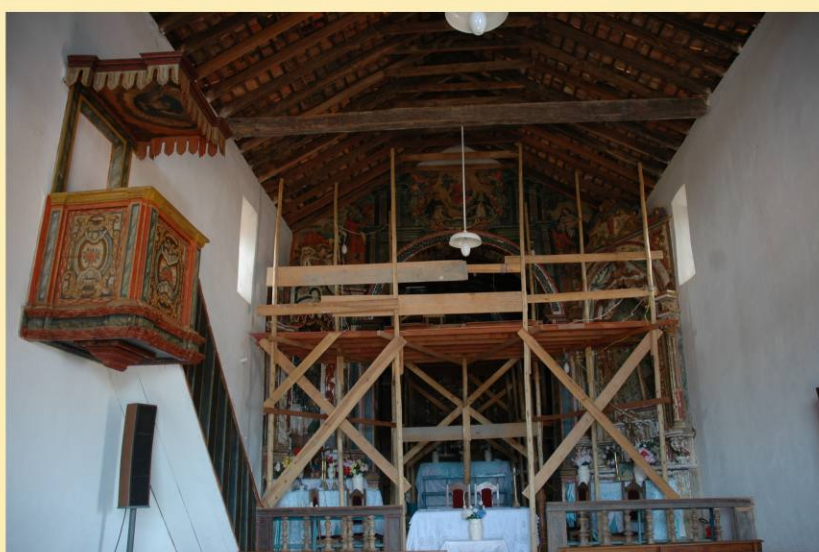
Muitas. Na verdade, surpresa sempre tem. Já encontrei, sob camadas de tinta, indícios de pinturas de culturas africanas e indígenas.

Em Minas Novas, o forro da nave estava muito degradado e, quando fomos olhar, ao lado do medalhão de Nossa Senhora do Amparo, embaixo de muitas camadas de tinta, encontramos pinturas de cenas bíblicas e um balcão com anjos.

Na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Goiás, em Goiás, encontramos pinturas parentais da passagem da vida de Cristo, que são muito raras no Brasil, feitas por um frei italiano. Quando nós começamos a higienizar os afrescos, no canto de um dos quadros, estavam a data e a assinatura do artista, coisa raríssima. E conta a lenda que esse frei tinha um cachorro, chamado Fúrio, ao qual ele era muito apegado. Em uma das cenas, existia um cão e as pessoas comentavam que era o próprio cachorro do frei retratado. Quando eu fui olhar de perto, misturado com a pintura dos pêlos do corpo do animal, encontrei a palavra Fúrio.

Se você tivesse que definir com uma palavra seu trabalho, qual seria?

Realização. Meu trabalho é a minha realização, não só profissional, mas também pessoal.



Restauração no altar da Igreja
 << Nossa Senhora do Rosário, em
 Chapada do Norte



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Catas Altas

O detalhe escolhido para esta edição são anjos encontrados na base do púlpito localizado do lado direito do altar direito, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas.

Esta edificação possui dois púlpitos, um de frente para o outro, confeccionados em madeira talhada, pintados de branco e apresentando guarda-corpo retilíneo e base de sustentação arrematada em pinhas que chegam a poucos centímetros do chão. No alto, está guarnecido de baldaquinos de onde pendem lambrequins e sobre os quais se apóiam os anjos.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição está situada na Praça Matriz da cidade e é considerada um dos templos mais importantes e belos de Minas, pois guarda em seu interior obras de Aleijadinho e painéis de Athayde.

Internamente a igreja é toda policromada e dourada, revestida por madeira entalhada, apresentando acabamentos desiguais, pois parte da madeira está ao natural, parte pintada de branco e outra parte é dourada e policromada, mostrando que os trabalhos ficaram inconclusos no seu interior.

A edificação é em madeira, taipa e pedra, possuindo duas torres sineiras bulbáceas, que representam uma influência da arquitetura moura. O detalhe do alto das torres é bastante raro.

Encontramos na fachada um óculo cruciforme, três portas almofadadas e, sobre cada uma delas, uma janela envidraçada, elementos considerados característicos do rococó mineiro.



BLOCO DE NOTAS

| Iepha é homenageado em Barbacena



O Iepha recebeu, no último dia 19, o prêmio "Amigos do Patrimônio Cultural de Barbacena", pela iniciativa de promover a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. A homenagem é uma iniciativa da Fundação Municipal de Cultura, Escola de Educação Patrimonial de Barbacena e Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico, com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Barbacena.

O Instituto foi representado na solenidade por sua vice-presidente, Maria Marta Araújo. "Ficamos muito honrados com esse prêmio pelo reconhecimento dado à Jornada Mineira do Patrimônio Cultural e também pelo fato de recebê-lo juntamente com os outros premiados dessa primeira edição, pessoas da comunidade que, por iniciativa própria e apreço à memória, preservam o patrimônio cultural de Barbacena. A iniciativa desse prêmio é também merecedora de elogios pelo estímulo criativo dado à participação do cidadão".

Segundo Sérgio Cardoso Ayres, do Conselho do Patrimônio de Barbacena, a iniciativa é uma forma de demonstrar reconhecimento por atitudes que beneficiem a cultura local. "É uma homenagem simples, mas de grande valor educacional. Nosso objetivo é valorizar atitudes e trabalhos em prol da memória e da identidade barbacenenses", disse.

| Jornada do Patrimônio é atrativo turístico

No último mês de abril, o Iepha marcou presença no estande da Secretaria de Estado de Cultura durante a realização do Salão Mineiro do Turismo 2010. Além da grande procura de visitantes interessados em saber mais sobre a atuação do instituto, outra surpresa foi o material gráfico distribuído, durante a feira, por expositores de todo o estado. Vários municípios registraram a realização da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural entre as atrações culturais de seu calendário oficial.

O evento, que acontece em setembro, entra este ano em sua segunda edição. Leia mais sobre a Jornada nas páginas 02 e 10.

Congado é registro em Senhora de Oliveira



▲ Crianças da Escola Martinho José Magalhães desfilam pelas ruas



▲ Tradição passa para a nova geração, como os alunos da Escola Pe. José Ferreira

Pequenas mãos tiram do pandeiro, da cuíca e do reco-reco os sons que marcam o compasso do cortejo. Em Senhora de Oliveira, o congado é assunto sério e envolve as gerações, desde a mais tenra idade. Historicamente passada de pai para filho, a tradição do Congo agora também é perpetuada nas escolas do município e conta com congadeirinhos de apenas 5 ou 6 anos de idade.

Localizada na Zona da Mata mineira, a cidade ergueu-se em uma região onde a população de escravos africanos foi sempre muito alta. Hoje, com pouco mais de cinco mil habitantes (quase metade na zona rural), Senhora de Oliveira demonstra o valor que dá às suas raízes culturais. Prova disso foi o registro, no ano passado, do congado local e das guardas como bem imaterial do município. Para a responsável pelo Setor de Cultura e Turismo, Léa de Jesus Correia, além de garantir a preservação e a valorização de sua mais tradicional manifestação cultural, a medida deve proporcionar maior apoio às guardas e aos projetos ligados ao congado na cidade.

O registro contempla as três principais guardas atuantes em Senhora de Oliveira. Duas delas têm origem no final do século 19 e seguem ramificações e devoções diversas, o que explica a marcante diferença de suas batidas. A Banda de Congado de Nossa Senhora do Rosário surgiu na comunidade rural de Moçambique, mas acabou se firmando na área urbana do município, enquanto o Congado de Santa Efigênia permanece, desde o início aos dias de hoje, concentrado na comunidade rural de Prudente.

A terceira guarda de Congado do município é bem mais recente. O Congo Mirim de Senhora de Oliveira começou em 2002 na Escola Municipal Padre José Ferreira como um projeto pedagógico, quase uma brincadeira. Em 2005 tomou corpo, se apresentou no 1º Encontro de Congado do município e acabou abraçado pela Associação Pró-vida. A brincadeira virou papo sério, e os jovens congadeiros conquistaram seu espaço e a proteção garantida pela inclusão da guarda mirim no registro.

| Minimirim

Com o sucesso do Congo Mirim, a Prefeitura deu início, em 2009, ao Projeto Congado Minimirim, com alunos de horário integral das escolas municipais. Com a proximidade física entre as escolas e as comunidades de atuação das duas guardas tradicionais, as guardas minimirins acabaram “apadrinhadas”. Alunos da escola localizada na comunidade Prudente seguem o ritmo do Congado de Santa Efigênia, enquanto os estudantes da escola localizada no núcleo urbano conhecem desde cedo os sons do Congado de Nossa Senhora do Rosário.

“Com o projeto, as crianças podem começar minimirins na época da alfabetização. Por volta dos 10 anos, podem ser direcionados a compor o Congo Mirim de Senhora de Oliveira e depois, se quiserem, ir para um dos grupos de adultos. Estamos trabalhando as crianças dentro das escolas não necessariamente para se voltarem ao congado em si, mas serem despertadas para o valor da cultura, da continuidade de uma história”, explica Léa Correia.

Orientadora das escolas onde o projeto foi estruturado, a professora Roseni Veloso Lana explica que o trabalho buscou valorizar igualmente as raízes do município, da família e da própria autoestima das crianças. “Muitas dessas crianças vêm de famílias congadeiras e eles passaram a dar ainda mais valor à sua família e sua cultura. Traziam instrumentos de casa e passavam o que sabiam aos colegas”, conta.

Para Roseni, o congado minimirim despertou mais do que a curiosidade nas crianças. A educadora acredita que muitos dos alunos ganharam em tranquilidade e em confiança. “Conseguimos resultados muito válidos, inclusive integrando bem alunos com dificuldade de aprendizado e mesmo um com deficiência mental, que tocava os instrumentos e se mantinha muito envolvido”, lembra.

Mobilização: Participação e democratização cultural

*Adalberto Andrade Mateus



Divulgação

 Guarda do Manjão de Nossa Senhora do Rosário em Ravena, distrito de Sabará, nas comemorações da Jornada 2009

Realizada pela primeira vez em 2009, como parte das comemorações do Ano da França no Brasil, a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural pôde contar com a expressiva participação de cerca de 470 municípios de Minas Gerais. A força de sua realização significa muito mais que os 1500 eventos realizados entre os meses de setembro e outubro do ano passado. A Jornada tem como uma de suas conquistas a mobilização em torno da temática do patrimônio cultural.

Em um estado que possui mais de 60% do patrimônio tombado do país, os municípios mineiros e seu povo têm uma grande responsabilidade em suas mãos: garantir a proteção e a promoção de seu patrimônio cultural, assegurando sua permanência às gerações futuras.

Mobilizar é muito mais do que realizar eventos; é congregar as pessoas e suas vontades em torno da defesa de um objetivo comum. Nas últimas duas décadas, a área ambiental conquistou importantes propagadores da ideia da defesa do meio ambiente, seja por meio de organizações não-governamentais ou do crescimento de espaço das pastas governamentais dedicadas ao tema. Mas é na sociedade civil, anônima e ativista, que está a maior riqueza da luta pelos ideais da preservação, nesse caso ambiental. Por que não pensar a mesma mobilização para a área cultural?

Desde a década de 1980, com a abertura política e a necessidade do encadeamento das ideias em torno de uma nova Constituição, conhecida como Cidadã por expressar os valores de cidadania e da dignidade do ser humano, a população teve reconhecido seu espaço de atuação compartilhada, tanto no sentido de exercício dos seus direitos, como principalmente em relação aos seus deveres.

Ao garantir a todos, de forma inédita, o pleno exercício dos seus direitos culturais, o Estado democrático reconheceu, sobremaneira, a pluralidade da atuação cultural brasileira e, de certo modo, anteviu a sua

corresponsabilidade com os agentes culturais, uma vez que a preservação dos valores culturais está assegurada somente com a atuação destes últimos, sejam eles congadeiros, músicos, zeladores, mestres de ofícios, sineiros, entre outros.

Novas formas de relacionamento vêm sendo propiciadas pelo desenvolvimento das ferramentas comunicacionais; por consequência devem ser fortalecidas as oportunidades para o acesso da população à vivência das práticas culturais, alcançando diferentes classes e grupos sociais. Justamente essa é uma das missões a que a Jornada e os seus proponentes devem estar atentos. Ao se constatar, em muitas cidades, a falta de espaços culturais, de lazer ou dedicados à preservação da memória local, cabe aos promotores da cultura, com criatividade, empenho e certa obstinação, promover a valorização do patrimônio cultural local, em defesa das peculiaridades próprias daquela comunidade, que tem uma história de desenvolvimento e memória de sua existência. As comunidades que já contam com seus espaços e práticas culturais consolidadas devem garantir que os mesmos estejam disponíveis a todos, democraticamente.

Ao apresentar como tema, em sua primeira edição, o pensamento de Aloísio Magalhães de que "A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio" e, em sua segunda edição, o tema "Patrimônio Cultural e Cidadania", a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural reafirma seu objetivo maior: mobilizar os municípios e as diversas organizações e movimentos sociais, que têm como bandeira a defesa do patrimônio cultural nas suas mais diferentes vertentes, os bens culturais materiais e imateriais, a memória e a pluralidade. Festejar e celebrar o patrimônio cultural mineiro é um dever conjunto, afinal o patrimônio é de todos!

*Técnico de Gestão, Proteção e Restauro do Iepha/MG

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

O templo está situado no pequeno povoado de Barro Alto, distrito de Brejo do Amparo, no município de Januária, Norte de Minas Gerais. É uma edificação isolada no sertão, um pouco distante das margens do Rio São Francisco. Seu acesso é feito por uma estrada estreita e sem pavimentação, que passa por dentro de diversas fazendas. Sua localização provavelmente deve-se à proximidade com grandes fazendas de cana de açúcar e seus engenhos.

A invocação é dedicada à padroeira dos negros, Nossa Senhora do Rosário, o que permite supor que sua construção tenha sido iniciativa dos escravos, por meio de sua organização numa irmandade leiga, como era prática no período colonial. Durante certa época, uma única missa era celebrada anualmente nessa capela, sempre no dia da festa da padroeira, em 07 de outubro. Atualmente, o templo permanece fechado o ano todo.

Sob o aspecto construtivo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário apresenta estilo rústico, com evidente subordinação à arquitetura baiana. Situada em terreno plano, a edificação tem pequeno adro cercado por muros baixos de pedra, arrematados com pináculos piramidais nos ângulos. Na frente, um cruzeiro de madeira supostamente foi colocado para proteção contra os frequentes assaltos dos índios e salteadores. O símbolo da cruz, naquela região, parece ter adquirido força e significado de anteparo aos perigos enfrentados. No terreno ao lado está o bucólico cemitério e, à esquerda da construção, árvores frutíferas de grande porte, tendo ao fundo vegetação densa, que servem de proteção ao monumento.

Sua construção é em estrutura autônoma de madeira com vedação em adobe, mesclada de alvenaria de tijolos cozidos – colocados mais recentemente – sobre embasamento de pedra. De partido retangular, a edificação é composta por nave, capela-mor e duas sacristias laterais e apresenta duas características pouco comuns nas igrejas mineiras – um

corredor, encimado por tribuna aberta em arcos na lateral direita, na capela-mor, e um alpendre na lateral esquerda.

A torre de três pavimentos e a fachada, provavelmente, são construções posteriores ao restante da capela, pelo que pode se observar de suas características arquitetônicas. A construção apresenta ainda portal encimado por duas janelas e nicho central em massa com imagem de Nossa Senhora. A data de 1688 inscrita no frontispício é, presumivelmente, o registro do período de sua construção.

No interior, o forro da capela-mor apresenta uma pintura ornamental ligada à última fase do rococó em Minas. O trabalho, de autor desconhecido, apresenta, sobre fundo branco, um medalhão central com a visão da Virgem do Rosário com o Menino, cercado por nuvens e cabeças de anjos, tendo ao redor rocalhas flamejantes e guirlandas de flores.

Obras emergenciais já foram realizadas na edificação pelo Iepha/MG para conter as crescentes degradações, principalmente nos seus elementos arquitetônicos. A recomposição da alvenaria e do reboco, a reconstrução de partes desmoronadas da fachada principal e a caiação foram algumas das intervenções que o monumento recebeu.

A construção foi indicada para tombamento pela sua importância como marco histórico do povoamento na região e pela sua tipologia arquitetônica, pois mostra características próprias da arquitetura nordestina.

O monumento foi tombado pelo Iepha/MG no ano de 1989.

* Referência: Dossiê de Tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário/ Januária – Distrito Brejo do Amparo





Nossa Senhora de Fátima

Durante a 1ª Guerra Mundial (1914-18), a Europa foi bombardeada. Mesmo fora do conflito, Portugal vivia um clima de corrupção generalizada e desmoralização do clero. Nesse cenário, em 1916, o anjo, conhecido como Anjo da Paz ou Anjo de Portugal, apareceu três vezes naquele país, para as crianças Lúcia e seus primos Francisco e Jacinta.

Eles viviam em um lugarejo, a 2,5 quilômetros de Fátima. Cuidavam do rebanho, quando viram à distância, sobre as árvores, “uma luz mais branca que a neve, com a forma jovem, transparente, mais brilhante que um cristal atravessado pelos raios do Sol”, que lhes disse: “Não temais. Sou o anjo da Paz. Orai comigo”.

No ano seguinte, ocorreram as aparições de Nossa Senhora para os três pequeninos. “Era uma Senhora vestida de branco e muito brilhante, espargindo luz mais clara e intensa que um copo de cristal cheio de água cristalina, atravessado pelos raios do sol mais ardente. A sua face bela não era triste, nem alegre, mas séria, com ar de suave censura. As mãos juntas, como a rezar, estavam apoiadas no peito e voltadas para cima. Da mão direita pendia um rosário. As vestes pareciam feitas só de luz. Brancos eram a túnica e o manto cobrindo a cabeça os cabelos, as orelhas e lhe descendo até aos pés”, descreveu Lúcia.

Quando perguntou-lhe de onde ela era, ouviu a resposta: “Sou do Céu”. A pastorinha indagou o que a Senhora queria dela. A Virgem responde: “Vim para pedir que venhais a esta mesma hora no dia 13 de cada mês por seis meses seguidos, até outubro. Em outubro vos direi quem sou e o que desejo de vós”. No dia 13 de junho, os três pastorzinhos se dirigiram à Cova da Iria, agora cercados por inúmeras pessoas da região. Depois de se ajoelharem e rezarem o terço, Lúcia anunciou o surgimento da Senhora, que pediu-lhe que aprendesse a ler e rezasse muitas vezes o rosário. E confiou a ela um segredo que devia ser transmitido apenas ao bispo em Leiria. A Senhora insistiu em que rezassem o rosário, para o fim da guerra. Anunciou a paz e felicidade em Portugal.

A p ó s a s aparições, sugeriram alguns grupos descrentes. A loja maçônica lusitana instruiu o prefeito da Vila de

Ourem, região de Fátima, a impedir os pastorzinhos de irem no 13 de agosto ao

encontro de Nossa Senhora. O prefeito colocou as crianças na cadeia e proibiu-lhes de falar sobre a aparição.

Na data, uma grande peregrinação foi ao local e, na hora designada, todos ouviram o trovão. Eles viram um clarão e uma nuvem luminosa sobre a árvore. Todas as vozes exclamaram: “Nossa Senhora! Nossa Senhora!”. Somente as crianças não estavam presentes. A população se mobilizou a favor delas, que logo foram soltas.

Na véspera do dia 13 de outubro, nem a chuva miúda que alagava a Cova da Iria alterou a peregrinação da multidão ao local, que não parou de orar o Rosário. A chuva continuou no dia seguinte. Lúcia se aproximou da azinheira e, voltando-se para a população, pediu que todos fechassem os guarda-chuvas. Rapidamente limpou-se o céu, e Lúcia gritou que Nossa Senhora estava sobre a azinheira. Esta lhe disse: “Eu sou Nossa Senhora do Rosário”.

O sol apareceu no céu límpido, semelhante a um disco de prata, que podia ser olhado sem ofuscar a vista. Na presença de todos, o disco solar começou a girar. Seu núcleo permanecia escuro, mas suas bordas chamejantes moviam-se com a rapidez dos raios. Depois do pânico, a paz reinou no local. Lúcia continuou a dialogar com a pequena nuvem imóvel sobre a azinheira. Nossa Senhora disse: “Quero que se construa aqui uma capela em minha honra, continuem sempre rezando o santo rosário diariamente. A guerra está para terminar e os soldados voltarão para casa”. Foi a última aparição de Nossa Senhora. A partir daí, curas maravilhosas se deram e numerosas conversões se verificaram. Viu-se o renascimento da fé em Portugal, e as revelações feitas por Ela no campo político se confirmaram.

| Segredos

Lúcia tornou-se religiosa de Santa Dorotéia, e Nossa Senhora aparece-lhe ainda outras vezes. Em 25 de março de 1984, o Papa João Paulo II realizou a consagração tão desejada de Nossa Senhora, cujo dia é comemorado em 13 de maio. Em suas aparições, Nossa Senhora de Fátima revelou três segredos: O primeiro foi a projeção do inferno em suas mãos, mostrando a dor e o sofrimento dos que não se salvam sendo arrastados por um rio de fogo. O segundo revelou o fim da 1ª Guerra, mas com a advertência de que uma nova batalha se iniciaria, se seus pedidos não fossem ouvidos. O terceiro segredo ficou guardado por anos, sob os cuidados de Lúcia, a única sobrevivente dos três videntes, e dos papas que antecederam João Paulo II. A revelação foi no dia 13 de maio de 2000, no Vaticano: “A visão de um bispo branco caindo ao chão aparentemente morto, atingindo por uma arma de fogo”. A visão foi associada ao atentado contra João Paulo II, no dia 13 de maio de 1981, na Praça de São Pedro. Os tiros quase mataram o Papa, que atribuiu sua sobrevivência à proteção da Virgem de Fátima.

Bibliografia:

- http://www.fatima.com/devocao_nsenhora_fatima.htm
- Roman Ernesto N. - Aparições de Nossa Senhora suas mensagens e milagres- Paulus - 5ª edição - 2005
- Lima Augusto Junior - Historia de Nossa Senhora em Minas Gerais- origens das principais invocações- Imprensa Oficial- B. Horizonte- 1956

* FONTE: Ailton Batista da Silva - Analista de Gestão, Proteção e Restauro da Gerência de Identificação do Iepha/MG

